

Museus e arquivos

Espaços de construção e insubmissão

Museums and archives: spaces of construction and insubordination

Recebido em: 30/09/2024

Aprovado em: 01/07/2025

Maria Elizabeth Brêa Monteiro

[Sobre a autora >>](#)

RESUMO

A partir da reflexão sobre a criação do Museu do Índio, atual Museu Nacional dos Povos Indígenas, em 1953, e do Centro de Documentação Etnológica, na década de 1970, o artigo aborda a relação entre o museu etnográfico e o arquivo como espaços de reconhecimento e garantia de direitos e de construção de estratégias políticas. Ambos, tendo sido instituídos em momentos diferentes do cenário da política indigenista, contribuíram para uma nova visão de museu e de arquivo, por suas concepções e ações. A conjugação do museu e do arquivo significou um movimento de preservação do patrimônio histórico e uma ferramenta para a garantia de direitos.

Palavras-chave: Museus; arquivos; povos indígenas; política indigenista; patrimônio.

ABSTRACT

This article addresses the relationship between ethnographic museums and archives as spaces for the recognition and guarantee of rights and the construction of political strategies, based on reflections on the creation of the Museu do Índio, now the Museu Nacional dos Povos Indígenas, in 1953, and the Centro de Documentação Etnológica, in the 1970s. These two spaces, established at different times in the indigenous policy scenario, contributed to a new vision of museums and archives through their conceptions and actions. The combination of museums and archives represented a movement for the preservation of historical heritage and a tool for guaranteeing rights.

Keywords: Museums; archives; indigenous peoples; indigenous policy; heritage.



Apresentação

Este artigo procura refletir sobre o trabalho conjugado dos museus e arquivos na construção e preservação de memórias, bem como na conformação de espaços de produção de conhecimento, lugares que, concomitantemente ao papel de construtores de uma identidade cultural, desempenham a função de fazer pensar, conscientizar e dar acesso a ferramentas que garantam direitos. Para essa reflexão, será analisada a criação, em dois momentos diferentes, de duas instituições – Museu do Índio e Centro de Documentação Etnológica – que tiveram, à época, um caráter inovador e um compromisso com a conscientização acerca da presença e dos direitos dos povos indígenas.

Um museu contra o preconceito

A representação dos povos indígenas em museus tem sido, há muito, tema de debates, contendas e de reestruturação dos próprios museus. Trata-se de um processo que está intimamente ligado aos sistemas de colonização e à forma como essas comunidades foram dominadas, aculturadas e espoliadas do seu patrimônio material e imaterial.

Com alguma frequência, associava-se aos museus o conceito de passado. Criados originalmente como repositório de “tesouros” arqueológicos e artísticos, estavam vinculados a lugares onde era possível visualizar objetos preservados de outras épocas e culturas, principalmente no caso de museus arqueológicos ou etnográficos. Durante muito tempo, esse entendimento levou os museus com essas características a se enquadrarem em propostas museográficas que tendiam a agrupar as suas coleções numa ordem cronotipológica. Essa perspectiva cientificista sobre o passado criava um distanciamento, tornando o museu um lugar estranho, um país estrangeiro.

O pós-guerra, a partir de 1945, suscitou uma nova dimensão para as instituições culturais, notadamente os museus, em grande medida graças à fundação da Unesco e do Conselho Internacional de Museus (Icom), que propunham, além de uma ideia de pluralismo cultural, que a diversidade cultural dos povos deve ser con-

siderada como fator de equilíbrio, não de divisão. Valores como patrimônio identitário, além de especificidades locais e nacionais propiciaram a disseminação de museus como ícones de coesão e de unidade nacional.

A partir dessa perspectiva, no presente artigo, será abordado o surgimento do Museu do Índio, atual Museu Nacional do Povos Indígenas. Criado por Darcy Ribeiro em 1953, no Rio de Janeiro, no âmbito do extinto Serviço de Proteção aos Índios (SPI), o órgão, então vinculado ao Ministério da Agricultura, foi a primeira instituição dedicada exclusivamente aos povos indígenas na capital do país.

Darcy Ribeiro iniciou sua vida profissional como etnólogo do SPI, em 1947, quando percorreu várias áreas indígenas e realizou estudos, principalmente com os Kadiwéu, Guarani, Urubu-Kaapor, Tembê e Bororo.

Outro trabalho que levou Darcy a uma reflexão crítica sobre a relação entre Estado e povos indígenas foi uma pesquisa encomendada pelo antropólogo Alfred Métraux, à época à frente da Unesco, com vistas a realizar uma série de pesquisas sobre as relações raciais no Brasil. As análises foram desenvolvidas nas regiões Nordeste e Sudeste, entre 1950 e 1951, com o objetivo de apresentar um panorama amplo da interação racial brasileira, considerada exemplar. O “Projeto Unesco de Relações Raciais” teria também contribuído para o “surgimento de novas leituras acerca da sociedade brasileira à medida que ofereceu aos analistas sociais uma oportunidade singular para o desenvolvimento das ciências sociais no Brasil dos anos 50” (Maio *apud* Brito, 2021, p. 4). Entre os pesquisadores selecionados para participar desses estudos, constavam: Charles Wagley, Eduardo Galvão, Thales de Azevedo, Roger Bastide, Florestan Fernandes e Luís da Costa Pinto. O estudo uniu registros de pesquisas de experiências anteriores junto aos indígenas Guarani, Terena, Ofaié e Kadiwéu, do sul de Mato Grosso, e Tembê, Guajajara e Urubu, dos vales do Pindaré e do Gurupi, no Pará e no Maranhão, além de análises inéditas sobre os grupos Bororo, Karajá, Kaingang e Xokleng.

Ao assumir a chefia da Seção de Estudos, setor do SPI responsável pela pesquisa etnográfica, arquivo cinematográfico, biblio-

teca, divulgação e intercâmbio, e com as experiências acumuladas com os grupos indígenas bem como com a observação do contato dessas populações com a sociedade nacional, Darcy Ribeiro criou o Museu do Índio, cuja concepção rompia com os museus tradicionais de etnologia – que focalizavam aquilo que os indígenas tinham de diferente dos considerados civilizados, mostrando os povos tradicionais como fósseis vivos ou seres exóticos.

Darcy pensava um museu como um instrumento contra o preconceito, contra as ideias preconcebidas das populações urbanas sobre os indígenas, que eram vistos por aquelas como seres congenitamente inferiores, rudes e embrutecidos, dos quais não se podia esperar qualquer qualidade humana ou obra de refinamento estético e, ainda, como gente irremediavelmente preguiçosa, além de uma série de outros atributos negativos.

O Museu do Índio foi montado, em todos os seus detalhes, com a ambição de suscitar sentimentos de simpatia pelos índios, de solidariedade para com suas dramáticas dificuldades de acomodação ao mundo estranho que levamos cada vez mais perto de suas aldeias, e de compreensão dos seus comovedores esforços para resolver, a seu modo, os problemas essenciais de todas as sociedades humanas (Ribeiro, 1962, p. 169).

Essas características, a despeito de iniciativas para tornar evidente a existência do elemento indígena na formação da identidade brasileira, não estão, ainda hoje, de todo eliminadas, o que levou José Bessa Freire a listar cinco ideias relacionadas à questão indígena. Embora não sejam corretas, elas continuam presentes na cabeça da maioria dos brasileiros: índio como uma categoria genérica; a ideia de que eles são detentores de culturas atrasadas; a de que são grupos congelados, ou seja, parados no tempo; que são pertencentes ao passado e que não compõem a identidade do brasileiro (Freire, 2000).

O Museu do Índio foi pioneiro não somente pela temática proposta, mas, principalmente, por sua abordagem humanística e social da cultura e da arte indígena brasileira, uma ponte entre os povos originários e a sociedade urbanizada. Nas palavras de James Clifford, ele constituiu um “espaço no qual pessoas separadas geo-

gráfica e historicamente entram em contacto entre elas e estabelecem relações” (Clifford, 2016)¹, configurando uma expressão cunhada por Mary Louise Pratt, a saber, “zonas de contato” (Giorgia, 2017). Esses atributos o diferiam dos demais museus criados no país até o momento. Pela primeira vez, um museu “assumia explicitamente e sem reservas seu papel político, educacional, social e assistencial no cenário nacional” (Chagas, 2007, p. 178).

A inauguração do Museu do Índio na então capital do país foi noticiada nos principais jornais do Rio de Janeiro, como o *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil*, *Diário de Notícias* e *Última Hora*. As revistas *O Careta* e *Manchete* também dedicaram páginas ao novo museu. Esta fez uma matéria de várias páginas coloridas sobre ele, com o título: “O índio e sua história de miséria e esplendor”. Em entrevista ao jornal *Diário de Notícias*, em 9 de janeiro de 1953, Darcy declara: “Nosso museu será vivo, onde os estudiosos e interessados pelos problemas indígenas possam tocar, ver, aprender os objetos dos índios, sua maneira de viver” (Vamos..., 1953). A expressão “museu vivo”, na década de 1950, expressava um pensamento muito inovador, ao confrontar um museu colecionista, elitista, que priorizava o exotismo dos povos tradicionais.

Publicações voltadas para um público especializado também dedicaram artigos sobre o Museu do Índio, a exemplo da revista *Museum* (Ribeiro, 1955), editada pela Unesco, e a obra de F. dos Santos Trigueiros, *Museu e educação* (1958). Cabe mencionar também a visita do museólogo Georges Henri Rivière, diretor do Conselho Internacional de Museus (ICOM), ao Museu do Índio durante o Seminário Regional da Unesco sobre a função educativa dos museus, realizado no Bloco Escola do Museu de Arte Moderna no período de 7 a 30 de setembro de 1958.

Vencido o preconceito, muito se poderia aprender com os saberes indígenas. No campo do conhecimento e da domesticação de plantas, a contribuição indígena ficava evidente dada a presença do milho, da mandioca, da batata doce, do cará e das frutas e frutos de palmeiras na alimentação cotidiana da população brasileira.

¹ O texto original compõe o sétimo capítulo do livro *Routes: travel and translation in the late twentieth century*, publicado em 1997 pela Harvard University Press de Cambridge, em Londres.

A apresentação destes objetos como conjuntos funcionais, tais como armas, tecidos, instrumentos musicais, cerâmica, utensílios, plantas e alimentos possibilitava ao visitante desfazer a ideia de exotismo e bizarrice comumente associadas aos artefatos avulsos. Esta conduta nas exposições destacava as capacidades e as sensibilidades humanas, como a liberdade e a felicidade, presentes no cotidiano indígena, contrapostos às perspectivas de miséria, opressão e de marginalização social (Martinez, 2012, p. 139).

Chamava a atenção, entre outros, a beleza presente nas ações e práticas cotidianas dos povos ali representados. A exposição ressaltava que a feitura de uma flecha ou a tessitura de uma rede implicava a confecção de um objeto utilitário e belo, com uma assinatura própria de quem o fez.

Não havendo para os índios fronteiras entre uma categoria de coisas tidas como artísticas e outras, vistas como vulgares, eles ficam livres para criar o belo. Lá uma pessoa, ao pintar seu corpo, ao modelar um vaso, ou ao trançar um cesto, põe no seu trabalho o máximo de vontade de perfeição e um sentido desejo de beleza só comparável com o de nossos artistas quando criam. Um índio que ganha de outro um utensílio ou adorno ganha, com ele, a expressão do ser de quem o fez. O presente estará ali, recordando sempre que aquele bom amigo existe e é capaz de fazer coisas tão lindas (Ribeiro, 1997, p. 160).

Entende-se, portanto, como função primordial de um museu etnográfico, contribuir para que a nação se reconcilie e se identifique com sua herança poliétnica e policultural. Para alcançar esse objetivo, o museu deve encontrar mecanismos de aproximação com a população e lançar mão de técnicas de comunicação modernas, interpretando, de forma acessível e didática, a realidade sociocultural que busca retratar.

Nesse sentido, a área educativa do Museu do Índio era uma seção importante. Seu efeito antipreconceituoso podia ser percebido pelas redações que as crianças escreviam antes e depois de visitá-lo. O jornal *Última Hora*, em sua edição de 16 de fevereiro de 1955, noticiou a visita dos alunos da Escolinha de Arte Infantil do Sesc, que foram recebidos por Darcy Ribeiro, a quem coube dar “explicações a respeito das belas coleções de trabalhos e enfeites

confeccionados pelos índios bem assim como esclarecimentos a respeito dos costumes dos Urubus” (No Museu do Índio... 1955).

Na década de 1950, os museus consolidaram-se como ambientes para a diversidade cultural – contribuindo ativamente para a sua difusão – e como lugares de memória – dando espaço não só à guarda e à exposição de itens da cultura material, como à organização de fontes documentais. Assim, o espaço museológico passou a acumular responsabilidades de ordem social, educacional e cultural, em resposta às necessidades e interesses dos públicos aos quais se dirigiam (Carvalho, 2016).

Arquivos: espaços de construção e insubmissão

Entre 1970 e 1980, importantes instâncias culturais foram criadas, a exemplo do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), da Fundação Pró-Memória e do Programa Nacional de Preservação da Documentação Histórica (Pró-Documento), que buscou conhecer os acervos documentais privados do país, com o objetivo de preservá-los e garantir possibilidades de acesso às informações neles depositadas. A discussão em relação à proteção aos documentos no Brasil, no que concerne às ações de proteção ao patrimônio cultural, ganha relevância naquele momento.

Igualmente, datam do referido período alguns centros de documentação voltados ao recolhimento, tratamento e/ou divulgação do patrimônio documental brasileiro. Em 1971, surge o Centro de Documentação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas (Unicamp); no ano seguinte, instala-se o Centro de Memória Social Brasileira (CMSB), do Conjunto Universitário Cândido Mendes, e, em 1973, é o Centro de Pesquisa e Documentação Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas, que surge no cenário nacional (Bastardis, 2012).

Como registra Viviane Tessitore, compete a um centro de documentação

- reunir, custodiar e preservar documentos de valor permanente e referências documentais úteis ao ensino e à pesquisa em sua área de especialização;

- estabelecer uma política de preservação de seu acervo; disponibilizar seu acervo e as referências coletadas aos usuários definidos como seu público;
- divulgar seu acervo, suas referências e seus serviços ao público especializado;
- promover intercâmbio com entidades afins (Tessitore, 2003, p. 15-16).

É importante entender os arquivos não somente como lugares de recuperação da informação, mas de sua produção. Para além do aumento dos testemunhos guardados e do desenvolvimento de técnicas e espaços para o seu armazenamento, sejam eles físicos ou virtuais, ressalta-se que o próprio arquivo tornou-se objeto de reflexão, estudo e intervenção, revelando a inserção dos acervos documentais em um conjunto de relações nas quais os limites entre categorias de conhecimento e construção de subjetividades passaram a ser questionados, interpretados e produzidos. O arquivo deixa de ser (se é que algum dia foi) um simples repositório, organizado e preservado, para tornar-se um espaço onde e através do qual se cruzam e se combinam relações sociais e formas de conhecimento que, inevitavelmente, implicam ligações com estruturas de poder. Não se trata, portanto, da guarda ou da preservação das memórias de grupos minoritários como um direito deles, isto é, dos grupos que estão excluídos da maioria dos espaços do poder – como mulheres, negros, indígenas e homossexuais –, mas também da possibilidade democrática de disputas entre as memórias sobreviventes em uma sociedade (Tanno, 2018).

Os arquivos estão integrados em estruturas de organização do conhecimento relativamente conhecidas, como bibliotecas, museus e coleções de ciências naturais e sociais. Encontram-se também em contextos em que se esperam sanções para o passado, por exemplo, em julgamentos de verdade e justiça, em casos de violações dos direitos humanos, em práticas públicas e privadas, como transparência e leis de acesso à informação. Também estão presentes em reivindicações identitárias por parte de grupos historicamente excluídos ou subordinados por gênero, raça, classe, etnia, religião, sexualidade e condição física, que abrem, questionam e reordenam coleções e materiais existentes para produzirem novas classificações e valorações, criando coleções e taxidermias com lógica profundamente política (Bedoya; Wappenstein, 2011, p. 12).

A constituição do arquivo, os processos de inclusão ou exclusão de documentos e objetos, os privilégios que marcam determinados materiais, as referências da valorização simbólica dos arquivos e sua promoção social e cultural, bem como a construção de categorias para organizá-los no universo temporal remetem à discussão acerca da compreensão dos arquivos, seus atores, cenários e práticas, nas múltiplas formas como se entrelaçam nas disputas sobre seus significados e representações nas sociedades contemporâneas.

É dentro desse contexto, no campo dos estudos culturais e históricos, que podemos identificar as condições para a elevação do arquivo a um novo estado teórico, como um objeto de estudo em si mesmo.

Centro de Documentação Etnológica no Museu do Índio

O acervo de documentos históricos e atuais sobre a vida indígena sofreu, no Brasil, frequentes e graves perdas, que impuseram prejuízos ao patrimônio cultural interessante aos povos indígenas e a todo o país. O surgimento de centros de documentação e arquivos, a partir da década de 1970, inseriu-se em um movimento de preservação do patrimônio histórico e construção de ferramenta para a garantia de direitos de parcelas da população, em alguma medida, invisibilizadas ou subalternizadas.

Essa conquista deve-se, em grande medida, às lutas dos grupos étnicos e intelectuais, que passaram a reivindicar do governo brasileiro uma política pública de valorização das histórias, memórias e práticas culturais de povos que gritavam aos quatro cantos da nação brasileira que estavam presentes e tinham futuro. Eles aspiravam a novas pesquisas que ressignificassem o passado, especialmente os primeiros contatos com os conquistadores europeus, e demandavam recuperar direitos usurpados.

A noção dos direitos indígenas como garantias históricas – sobretudo territoriais e de reafirmação étnica – deram propulsão à conformação e ao mapeamento de arquivos reunindo documenta-

ção produzida por indígenas e sobre eles, no contexto de suas interações socioculturais e políticas, tanto no período colonial como no pós-colonial.

Durante anos, os indígenas estiveram condenados à dita invisibilidade, “emudecidos, desfigurados e genéricos, sumidos dentro de uma montanha de papéis desordenados, que os ocultava”, nas palavras de Bessa Freire (2002, p. 13). Durante algum tempo, a academia justificou a ausência de pesquisas com a alegação de que não existiam documentos escritos relacionados à história indígena. O problema não residia na ausência dos fatos, mas nos sentidos que lhes eram atribuídos. A limitação decorria da associação entre anacronismo e etnocentrismo. As fontes, produzidas por atores sociais de seu tempo, parcialmente limitadas pelos interesses e conhecimentos daqueles que as engendraram, exigiram um esforço de releitura documental imperioso.

Assim, compreender os arquivos como “territórios indígenas”, tomando uma expressão de Ana Paula Silva (2017), dotou esses espaços de uma centralidade para a qual instrumentos de pesquisa assumiram um papel fundamental na difícil tarefa de localização e identificação dos acervos. Procurar dar visibilidade às chamadas fontes, criando fronteiras, mapas e itinerários dentro dos arquivos, além de apontar roteiros para novas perguntas e hipóteses, eram as demandas que se colocavam para quem trabalhava e para quem pesquisava nesses locais.

No campo da história indígena e do indigenismo brasileiro, os primeiros guias, inventários e catálogos específicos surgiram nos anos 1990. Ressalta-se o pioneirismo dos projetos *Guia de fontes para a história indígena e do indigenismo em arquivos brasileiros*, coordenado por John Monteiro (1994) e *Os índios em arquivos do Rio de Janeiro*, organizado por José Ribamar Bessa Freire (1995; 1996), ferramentas imprescindíveis para “caminhar” entre coleções, fundos e códices existentes em diferentes arquivos.

O *Guia de fontes para a história indígena e do indigenismo em arquivos brasileiros* mapeou uma vasta documentação histórica em arquivos das capitais brasileiras, apresentando um minucioso panorama dos acervos e reunindo desde informações básicas –

como endereços e telefones das instituições – a dados específicos a respeito de coleções, fundos, estado de conservação documental, ações de preservação, divisões político-administrativas, ordens religiosas, dados etnográficos, linguísticos e demográficos dos variados povos indígenas mencionados nos documentos contemplados nos conjuntos documentais.

Por sua vez, as pesquisas realizadas no Rio de Janeiro sob a coordenação de Bessa Freire resultaram na publicação dos dois volumes de *Os Índios em arquivos do Rio de Janeiro*. O guia reuniu os esforços investigativos levados a cabo nos arquivos da capital fluminense, em acervos cartoriais, municipais e judiciários do estado. O objetivo era procurar “manuscritos que constituíssem pistas para reconstruir os fios históricos da sociedade brasileira naquilo que ela tem de mais frágil: os grupos indígenas”, explica Bessa Freire (1996, p. 8).

Igualmente relevante é o *Repertório de documentos para a história indígena*, organizado por Beatriz Góis Dantas (1993), que também participou da organização da publicação *Documentos para a história indígena do Nordeste*, juntamente com Maria Sylvia Porto Alegre e Marlene da Silva Mariz (1994). Nesta, as pesquisadoras enfatizaram a documentação sobre a temática indígena existente nos arquivos nordestinos do Ceará, Rio Grande do Norte e Sergipe.

Nesse contexto, cabe mencionar a constituição do Centro de Documentação Etnológica (CDE), atual Serviço de Referências Documentais (Sered). Esse centro resultou de um esforço de recolhimento da documentação produzida pelo extinto SPI, órgão sucedido pela Fundação Nacional do Índio em dezembro de 1967, que estava dispersa por diversas unidades da federação, onde funcionavam as inspetorias regionais².

O principal objetivo desse centro consistia na salvaguarda, controle e organização das informações de caráter etnológico e indigenista contidas na documentação recolhida, com vistas à

² As inspetorias regionais eram subdivisões do SPI em diferentes áreas geográficas do país, cada uma com um inspetor responsável por implementar as diretrizes e ações da política indigenista em sua área de atuação e supervisionar os postos indígenas, locais de contato e atendimento às populações indígenas.

reconstrução tão completa quanto possível do acervo do arquivo central do SPI, perdido em incêndio no edifício do Ministério da Agricultura, em Brasília, em 1967. O sinistro destruiu, entre outros itens, a documentação sobre terras, como registros, títulos de validade legal, dados sobre demarcação e mapas, “tornando questionáveis e passíveis de esbulho todos os bens e propriedades” (Moreira Neto, 1979, p. 15). Esse incêndio, ao que tudo indica, de motivação criminosa, aconteceu no âmbito da realização de uma comissão de inquérito instaurada, também em 1967, pelo então ministro do Interior, o general Afonso Augusto de Albuquerque Lima, e dirigida pelo procurador à época do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), Jader de Figueiredo Correia. A comissão tinha por objetivo principal apurar as denúncias de irregularidades cometidas por funcionários do SPI, instituição estatal que executou a política indigenista brasileira no período de 1910 a 1967. O inquérito deu origem a um relatório conhecido como Relatório Figueiredo, tido como desaparecido até ser encontrado no Museu do Índio, em 2012 (Beltrão, 2022).

À documentação originalmente recolhida pelo antropólogo Carlos de Araujo Moreira Neto, foram acrescentados outros conjuntos, a exemplo dos documentos relativos ao Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu, no sul da Bahia, recolhidos por Maria Hilda Baqueiro Paraíso, e dos relativos à Fazenda Nacional São Marcos, em Roraima, recolhidos em 1985. De acordo com Rodrigo Piquet Mello (Mello, 2014), o fundo SPI, atualmente com 104,14 metros lineares, não é um fundo fechado, uma vez que pode, ainda, receber coleções e arquivos porventura identificados em localidades de atuação daquele órgão indigenista.

Todavia, perdas significativas aconteceram, a exemplo de parte da documentação da antiga 2ª Inspetoria Regional, cuja jurisdição abrangia os povos indígenas do Pará e o Território Federal do Amapá. Essa documentação estava abandonada e irrecuperável, em uma construção que serviu ao SPI. Outro caso de lamentável destino foi o arquivo relativo ao Maranhão, que estava na delegacia regional dessa unidade da federação e foi vendido como papel velho. A perda pôde ser parcialmente avaliada pelo registro de Moreira Neto:

A gravidade do dano deve ser estimada com a consideração adicional de que o Maranhão é uma das áreas indígenas mais complexas e importantes do ponto de vista etnológico e indigenista. Não é acidental o fato de ter sido, também, a região onde mais trabalhou Curt Nimuendaju; há indícios de que vários relatórios inéditos do grande etnólogo brasileiro teriam sido perdidos na destruição do Arquivo da Delegacia Regional de São Luís (Moreira Neto, 1979, p. 13).

O acervo textual do SPI – recolhido quase em sua totalidade – juntou-se à documentação audiovisual produzida pela Seção de Estudos e à Biblioteca Marechal Rondon. Aquela seção, vale ressaltar, foi dirigida, em seu início, por Darcy Ribeiro, tendo sido mantida no Museu do Índio.

A documentação do CDE, produzida pelos agentes que atuavam nos postos indígenas, nas inspetorias regionais, expressa uma tipologia documental característica do serviço público, com particularidades inerentes à ação indigenista do SPI, e sua organização seguiu a estrutura administrativa desse órgão.

Para além da tentativa de recompor um arquivo perdido, devemos nos lembrar de que o CDE traz, embutidos em sua criação, aspectos importantes para o entendimento de sua dimensão. Esse esforço de recolhimento foi feito em pleno período do governo autoritário instaurado com o golpe de 1964. A década de 1980, quando o CDE foi se constituindo como local de pesquisa, representou um momento de esvaziamento do órgão indigenista, com a demissão de vários sertanistas e indigenistas que se opunham à política deletéria dos direitos dos povos indígenas então em vigor. Paralelamente, uma pressão pela regularização de terras indígenas ia se afigurando frente às várias investidas do governo para controlar a população indígena – a exemplo do estabelecimento de critérios de indianidade, da limitação do tamanho das terras indígenas, entre outras. A frase “muita terra para pouco índio” era, praticamente, um mantra vocalizado pelas forças conservadoras e pelos setores mais reacionários à existência dessas populações, tidas como nocivas ao sistema econômico da nação, por manterem “improdutivas” grandes extensões de terra e vultosas riquezas minerais. É também o momento do surgimento de entidades da sociedade civil em favor dos direitos indígenas e da demarcação de suas terras, a exemplo

das Comissões Pró-Índio e da Associação Nacional de Ação Indigenista (Anai).

Não por acaso, alguns assuntos, tais como terra, arrendamento, arrendatários, benfeitorias e renda indígena, se sobressaem a outros quando se trata da organização e indexação dos documentos que compõem o CDE. A ênfase nos aspectos fundiários e na história da ocupação e do uso da terra exerceu importante papel no reconhecimento e/ou na recuperação de territórios tradicionais. Outros tópicos, considerados secundários à época do tratamento do acervo, tais como inventários de compras de alimentos e remédios para os postos, relação de servidores, listagem de alunos indígenas, entre outros, foram adquirindo relevância com novas frentes de pesquisa. A indexação desses documentos, à primeira vista, de reduzido valor etnológico, revelou conteúdo de grande interesse para estabelecer as redes de poder econômico e político. A partir da reunião dos recibos de fornecimento de materiais e gêneros diversos, constatou-se que os proprietários dos estabelecimentos comerciais eram ou se tornaram, com grande frequência, importantes arrendatários dentro de áreas tradicionais (Coqueiro et al., 2005, p. 191-194).

Pesquisando o acervo do antigo SPI e de outras instituições, os técnicos do Museu do Índio passaram a produzir trabalhos que ofereciam informações, dados e documentação que trouxeram provas substanciais da existência e ocupação tradicional indígena em seus territórios. Assim, passou-se a trabalhar para que esses povos pudessem participar em processos de identificação e delimitação de terras indígenas, oferecendo uma contribuição decisiva para a solução de problemas fundiários.

Destacam-se dois trabalhos, realizados em 2002 e 2003, que tinham como objetivo dar acesso mais amplo a essa documentação – que ainda não se achava facilmente disponível. O primeiro é o *Catálogo dos povos indígenas no sul da Bahia: Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu (1910-1967)* (Coqueiro, 2002) e o segundo é o *Levantamento histórico sobre os índios Guarani-Kaiwá* (Monteiro, 2003). São duas iniciativas que possibilitaram acesso, antes dos recursos de internet disponíveis atualmente, a uma documentação capital para a com-

preensão da ação indigenista do Estado e a devolução, aos povos indígenas, de um material que é parte de sua memória histórica e cultural, além de garantidor dos seus direitos.

Ainda em 2002, Gerson de Sousa Melo, cacique Kariri-Sapuya, da Terra Indígena (TI) Caramuru-Paraguaçu, consultou os documentos microfilmados sobre a área em litígio por ocasião do julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal, do processo de nulidade de títulos de propriedade de imóveis rurais incidentes nessa TI.

Já o *Levantamento histórico sobre os índios Guarani-Kaiwá* teve seu lançamento em um Aty Guasu³ no Mato Grosso do Sul, em 2003. A devolução, ainda que em forma de inventário, dos documentos textuais e fotografias, adquiriu uma materialidade que conferiu novo significado ao trabalho. Os “indígenas de papel”, registrados pelos agentes do Estado, para fazer uso de uma de uma categoria utilizada pela História, depararam-se com a ancestralidade, os *tekoha*⁴ dos Guarani, dando novo sentido ao levantamento que foi apropriado pelos grupos ali referidos, o que lhes concedeu nome, rosto e identidade.

A proposta da institucionalização do acervo do SPI era selecionar e fichar os conjuntos documentais, organizando-os e fazendo uma descrição do mais essencial de seu conteúdo. Ter acesso às informações contidas nesses levantamentos foi providencial, já que elas contribuíram para estudos sobre territorialidade, subsidiaram argumentos etnográficos sobre especificidades dos diversos povos, ofereceram dados sobre o processo de ocupação do território indígena e fortaleceram a argumentação sobre a tradicionalidade dessas terras. A tarefa não se encerrava, portanto, em coletar e reunir o que dizem as fontes, mas propunha investigar além delas,

³ Termo usado pelos Guarani Kaiowá e Nandeva para designar grandes reuniões políticas, que podem ser acompanhadas de festas, com cantos, danças e orações, para debater questões políticas, encontrar soluções e tomar providências para problemas que afetam uma comunidade, um território ou uma região mais ampla.

⁴ Termo empregado pelos Guarani para denominar o lugar que ocupam, onde se realiza o modo de ser, o estado de vida guarani (*teko*), onde se efetivam as relações sociais de grupos macro familiares que vivem e se relacionam em um espaço físico determinado. Um *tekoha* deve compreender todo um ecossistema, que inclui animais para caça, águas piscosas, matéria-prima para casas e artefatos, frutos para coleta, plantas medicinais etc.

colocando-as sob exame e suspeição, compreendendo-as como um saber social profundamente articulado com estratégias de poder.

José Bessa Freire (2002), no artigo “Vozes indígenas na documentação do SPI”, ressalta que é possível apreender, a partir dos documentos, que os índios falam, escrevem – quando escrevem –, reclamam, protestam, argumentam, enfim, que registram as alianças feitas, desfeitas e refeitas na luta pela terra e pela identidade, rechaçando qualquer ideia do indígena como mero espectador da história. Assim, é fundamental saber fazer a leitura correta, propor as questões necessárias.

Em 1991, foi organizado o seminário Perícia Antropológica em Processos Judiciais, promovido pela Associação Brasileira de Antropologia, juntamente com outras entidades de apoio aos povos indígenas. O evento teve o propósito de debater as dificuldades, convergências e perspectivas de estudo, pesquisas e elaboração de laudos periciais voltados para subsidiar e apoiar tecnicamente os trabalhos do Ministério Público Federal, na defesa da União, em causas referentes às terras indígenas. O papel das fontes escritas e a dificuldade em localizar documentos foram pontos abordados na elaboração dos laudos antropológicos e periciais, tanto referentes a povos de contato menos constante quanto para grupos ditos aculturados, como os Maxakali e Krenak, estudados por Maria Hilda B. Paraíso. A pesquisadora alude à importância da documentação do SPI custodiada no Museu do Índio:

Para a região que trabalho, ela é de fundamental importância, porque foi nesta região que o órgão instalou a segunda agência, logo depois da criada no Amazonas.

Já em 1910 eram produzidos relatos extremamente ricos, cuidadosos e detalhados que nos oferecem um quadro de boa qualidade sobre a organização social dos grupos contactados, a forma de aldeamento, a demarcação e os inevitáveis arrendamentos, nesta região (Paraíso, 1994, p. 50-51).

Cabe mencionar, ainda, a relevância da documentação relativa aos indígenas custodiada em diversos arquivos e, em especial, no Serviço de Referências Documentais do Museu Nacional dos Povos Indígenas, para a Comissão Nacional de Verdade, cujas violações

aos direitos humanos impostas à população indígena compõem o volume II, publicado em dezembro de 2014 (Brasil, 2014).

A dimensão da documentação histórica do SPI também foi reconhecida no ano de 2008, quando esse acervo recebeu a nomeação da Unesco, no Programa Memória do Mundo, como patrimônio de valor incomensurável para a humanidade. Ainda sobre esse tema, cita-se o acervo produzido pela Assessoria de Segurança e Informações, da Fundação Nacional do Índio, igualmente nominado como patrimônio da humanidade pelo Programa Memória do Mundo da Unesco, em 2018, atualmente custodiado no Arquivo Nacional, em Brasília.

Sabe-se que várias outras iniciativas envolvendo a documentação do SPI, atualmente no Museu Nacional dos Povos Indígenas, foram realizadas posteriormente. Registra-se, por exemplo, o projeto Parintintin-Kagwahiva, que visava a “doação” de uma cópia digitalizada da coleção de documentos constituída pelo antropólogo Waud Kracke e daqueles produzidos pelo SPI, principalmente entre 1922 e 1923 (época da pacificação dos Parintintin, para usar o termo do SPI), além dos registros fotográficos e sonoros realizados nas décadas de 1980 e 1990, por diferentes pesquisadores (Silva, 2018). Já neste século, em 2009, teve início o Programa de Documentação de Línguas e Culturas Indígenas (PROGDOC)⁵, que tem como objetivo principal promover o registro das manifestações culturais dos povos originários do Brasil. Esse programa consiste na captura digital de registros culturais pelos próprios indígenas, que, posteriormente, são inseridos na documentação do museu e nos centros de documentação indígena gerenciados pelos próprios povos.

Além dos acervos que estão em instituições públicas, uma série de outras realizações foi levada à frente pelos próprios indígenas, como o Centro de Formação e Documentação Wajãpi, o Centro Timbira de Ensino e Pesquisa Pënxwyj Hempejxá, o Centro Indígena de Formação Raposa Serra do Sol, a Associação Indígena Kisedje, o Centro de Cultura Kuikuro, o Centro de Cultura Mawo, entre outras. Certamente, muitas outras iniciativas estão por vir.

⁵ Iniciativa do então Museu do Índio/Fundação Nacional do Índio, em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e os povos indígenas.

Considerações finais

Na complexa dinâmica entre lembrar e esquecer, a preservação dos vestígios ou dos rastros torna-se imperiosa. Nessa operação, o museu etnográfico e o arquivo histórico são exemplos de transformação de restos em um quadro institucional no qual a conservação é, ela própria, uma obra de memória. As diferentes coleções entram na dinâmica do testemunho e dos sentidos de verdade que lhes são atribuídos, a partir dos quais se configuraram os complexos discursos e representações sobre o passado (Bedoya; Wappenstein, 2011, p. 12).

Integrar acervos e arquivos constituídos por agências de Estado às diversas iniciativas de indígenas e outros agentes abre terreno para uma história mais inclusiva e intercultural, em que o diálogo com o conhecimento e com os saberes dos representantes indígenas é mandatário. Ademais, a par das demandas que surgiram ainda na década de 1970 e foram se fortalecendo nos anos seguintes, verifica-se que a apropriação do conteúdo desses equipamentos – museus e arquivos – se reveste de novas pautas. São exemplos a retomada étnica de alguns grupos, os movimentos de repatriação de peças da cultura material e ainda a evocação à repartição de direitos, visando o respeito aos povos indígenas e a proteção de patrimônio material e imaterial relacionado à imagem, a criações artísticas e culturais.

O Museu do Índio, criado não apenas como um dispositivo oficial de apresentação do indígena à criança, ao jovem e ao público adulto, constituiu-se como espaço de negociação da participação do indígena na vida social brasileira.

Não à toa, a reconstituição de um arquivo perdido, como foi o caso da documentação do extinto SPI, integrada a um museu criado sob a concepção de “museu vivo”, possibilitou uma convergência de informações e de ações potencializada pela participação cada vez mais presente das diferentes etnias representadas nos registros fotográficos e audiovisuais, nos documentos textuais, nos objetos de cultura material e nos livros da excelente Biblioteca Marechal Rondon, rechaçando a imagem do indígena como espectador passivo da história.

Mesmo que um documento seja rotulado como “arquivado” ou “patrimonializado”, ele ainda está sujeito a lutas por significados e interpretações. O próprio ato de preservar, de considerar um texto, uma imagem, um documento, um testemunho, um bem, mesmo um ato, digno de preservação e recolha, classificação, armazenamento e revisão, implica um conjunto de decisões e práticas que não são ingênuas. Embora nem todos esses atos sejam necessariamente deliberados ou cuidadosamente planejados e, apesar de, em muitas ocasiões, tanto as coleções e seus conteúdos quanto as suas organizações e descobertas pareçam ser marcadas por acontecimentos fortuitos, o arquivo ou o museu não é um simples repositório organizado e preservado, mas um espaço no qual e através do qual se cruzam e se combinam relações sociais e formas de conhecimento que inevitavelmente implicam ligações com formas de poder. A respeito de preservar ou não um documento ou algum objeto, registra Marc Bloch:

Não obstante o que por vezes parecem pensar os principiantes, os documentos não aparecem, aqui ou ali, pelo efeito de um qualquer imperscrutável desígnio dos deuses. A sua presença ou a sua ausência nos fundos dos arquivos, numa biblioteca, num terreno, dependem de causas humanas que não escapam de forma alguma à análise, e os problemas postos pela sua transmissão, longe de serem apenas exercícios de técnicos, tocam, eles próprios, no mais íntimo da vida do passado, pois o que assim se encontra posto em jogo é nada menos do que a passagem da recordação através das gerações (Bloch, 2002, p. 83).

As experiências adquiridas ao longo das últimas décadas no campo informacional pelo Estado brasileiro poderão representar um grande aliado não apenas na apropriação, pelos povos indígenas, dos documentos disponibilizados, como também no desenvolvimento de práticas documentárias realizadas pelos próprios indígenas. Não se deve esquecer de que toda construção conceitual de um museu ou de um arquivo obedece a uma agenda teórica e ideológica, isto é, atende a uma história determinada por agendas teóricas e políticas.

Recolher, documentar, registrar, classificar e endossar a materialidade dos vestígios e tornar esses sinais visíveis para o presente

são processos que se articulam no desenvolvimento de uma política de memória imersa nas dinâmicas de poder das sociedades contemporâneas. Esse complexo de construção e de institucionalização é debatido em um campo carregado de diversas coordenadas ideológicas, políticas, culturais e sociais inerentes à prática colecionista de determinado momento histórico. Nas palavras do escritor uruguaio Hugo Achugar, “toda história envolve negação ou contradição com outras histórias. Portanto, o arquivo, a memória, a história, o que se entende por patrimônio constituem um campo de batalha” (Achugar, 2018, p. 32, tradução livre).

Os museus e os arquivos se situam entre as instâncias da história e da memória, em sobreposições, equivalências ou antagonismos, objetos da crítica historiográfica e de outros campos do conhecimento. A preservação da memória e da história nacionais ou do Estado foi, muitas vezes, associada à missão institucional dos museus e dos arquivos. A própria trajetória dos arquivos, em especial, sedimentou uma complexa superposição entre o discurso histórico e as manifestações da memória. Essa perspectiva permite problematizar o arquivo, e também o museu, como lugares de conflito e disputa pela memória e verdade, pelas identidades e como resistência, em diferentes regimes e situações de excepcionalidade ao longo da história.

Referências

- ACHUGAR, Hugo. ¿La malversación de los archivos? Sobre el poder de los saberes teóricos y las memorias culturales em América Latina. In: COELHO, Haydée; VIEIRA, Elisa Amorim (org.). *Modos de arquivo: literatura, crítica, cultura*. Rio de Janeiro: Batel, 2018. p. 19-34.
- BASTARDIS, Jean. *O Programa Nacional de Preservação da Documentação Histórica e seu significado para a preservação de arquivos no Iphan*. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Iphan, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dissertacao_Jean_Bastardis.pdf. Acesso em: 12 nov. 2025.
- BEDOYA, María Elena; WAPPENSTEIN, Susana. (Re)Pensar el archivo. *Íconos. Revista de Ciencias Sociales*, Quito (EC), n. 41, p. 11-16, sept. 2011. Disponível em: <https://iconos.flacsoandes.edu.ec/index.php/iconos/article/view/386>. Acesso em: 12 nov. 2025.
- BELTRÃO, Jane Felipe (org.) *Relatório Figueiredo: atrocidade contra povos indígenas em tempos ditatoriais*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2022. Disponível em: https://morula.com.br/wp-content/uploads/2022/09/RelatorioFigueiredo_WEB_OISET.pdf. Acesso em: 12.nov. 2025.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório: textos temáticos*. Comissão Nacional da Verdade, 2. Brasília, DF: CNV, 2014. Disponível em https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/comissoes-da-verdade/volume_2_digital.pdf. Acesso em: 12 nov. 2025.
- BRITO, Carolina Arouca Gomes de. “Integração não significa assimilação”: o estudo de Darcy Ribeiro para a Unesco na década de 1950. *Revista Acervo*, Rio de Janeiro, v. 32, n.2, p. 1-20, maio/ago. 2021.
- CARVALHO, Ana. *Museus e diversidade cultural: da representação aos públicos*. Casal de Cambra (PT): Caleidoscópio, 2016.
- CHAGAS, Mario. Museu do Índio: uma instituição singular e um problema universal. In: LIMA FILHO, Manuel; ECKERT, Cornelia; BELTRÃO, Jane (org.). *Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos*. [S. l.]: [S. n.], 2007. p. 175-198. Disponível em: <https://mariochagas.com/wp-content/uploads/2020/01/9museudoindio.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2025.
- CLIFFORD, James. Museus como zona de contato. *Periódico Permanente*, São Paulo, n. 6, fev. 2016. Disponível em: <http://www.forumpermanente.org/revista/numero-5/revista/numero-6-1>. Acesso em: 12 nov. 2025.
- COQUEIRO, Sonia (coord.). *Povos indígenas no sul da Bahia: Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu (1910-1967)*. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2002. Coleção Fragmentos da História do Indigenismo, 1.
- COQUEIRO, Sonia et al. A construção de instrumentos de pesquisa para a documentação do SPI e a busca de novas formas de acesso e diálogo. In: LIMA, Antonio Carlos de Souza; BARRETO FILHO, Henyo (ed.). *Antropologia e identificação: os antropólogos*

gos e a definição de terras indígenas no Brasil, 1977-2002. Rio de Janeiro: Contra Capa; Laced; CNPq; Faperj; IIEB, 2005. p. 189-204.

DANTAS, Beatriz Góis. *Repertório de documentos para a história indígena*. São Paulo: NHII-USP, 1993.

DANTAS, Beatriz Góis; PORTO ALEGRE, Maria Sílvia; MARIZ, Marlene da Silva. *Documentos para a história indígena do Nordeste*. São Paulo: NHII-USP; Fapesp; Governo do Ceará, 1994.

FREIRE, José Ribamar Bessa. *Os índios em arquivos do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nepe/Uerj, 1995. v. 1.

FREIRE, José Ribamar Bessa. *Os índios em arquivos do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nepe/Uerj, 1996. v. 2.

FREIRE, José Ribamar Bessa. Cinco ideias equivocadas sobre o índio. *Revista do Centro de Estudos do Comportamento Humano* (CENESCH), n. 1, p. 17-33, set. 2000.

FREIRE, José Ribamar Bessa. Vozes indígenas na documentação do SPI. In: COQUEIRO, Sonia (coord.). *Povos indígenas no sul da Bahia: Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu (1910-1967)*. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2002. Coleção Fragmentos da História do Indigenismo, 1. p. 13-17.

GIORGIA, Piras. Transculturação, intersubjetividade, zona de contato em uma perspectiva decolonial da tradução. In: CONGRESSO EPISTEMOLOGIA DO SUL, 1., 2017, [S. l.]. *Anais eletrônicos* [...]. [S. l.], [S. n.], 2017. p. 293-300. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/aeces/article/view/705/629>. Acesso em: 12 nov. 2025.

MARTINEZ, Paulo Henrique. A nação pela pluma: natureza e sociedade no Museu do

Índio (Rio de Janeiro, 1953-1957). *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 20, n. 2. p. 119-148, jul.-dez. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/anaism/a/LzXL7vHNBrn-5M3cwvQ7F55F/?format=pdf>. Acesso em: 12 nov. 2025.

MELLO, Rodrigo Piquet S. de. A importância dos arquivos para a garantia dos direitos indígenas. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1-2, p. 69-86, jan./dez. 2014.

MONTEIRO, John (org.) *Guia de fontes para a história indígena e do indigenismo em arquivos brasileiros*. São Paulo: NHII-USP, 1994.

MONTEIRO, Maria Elizabeth Brêa. *Levantamento histórico sobre os índios Guaraní-Kaiwá*. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2003. (Coleção Fragmentos da História do Indigenismo, 2)

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. Centro de documentação etnológica da FUNAI. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 12-15, maio/ago. 1979.

NO MUSEU DO ÍNDIO, os alunos da Escolinha de Arte. *Última Hora*, Rio de Janeiro, ed. 01021, 16 fev. 1955. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=386030&pesq==&pagfis=22990>. Acesso em: 11 nov. 2025.

PARAÍSO, Maria Hilda B. Reflexões sobre fontes orais e escritas na elaboração de laudos periciais. In: SILVA, Orlando Sampaio; LUZ, Lídia; HELM, Cecília Maria (org.). *A perícia antropológica em processos judiciais*. Florianópolis: Ed. UFSC, 1994. p. 41-52.

RIBEIRO, Darcy. Le Musée de l'Indien, Rio de Janeiro. *Museum*, Paris, v. 8, n. 1, p. 8-10, 1955. Unesco.

- RIBEIRO, Darcy. *A política indigenista brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1962.
- RIBEIRO, Darcy. *Confissões*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- SILVA, Ana Paula. Arquivos: territórios indígenas. *Revista Mundaú*, Maceió, n. 3, p. 35-51, 2017. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistamundau/article/view/3522/3243>. Acesso em: 12 nov. 2025.
- SILVA, Flávio Leal da. Da doação à adoção: arquivos, memórias e cidadania indígena em contextos de apropriações diferenciadas. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 77-93, jan./abr. 2018.
- TANNO, Janete Leiko. Centros de documentação e patrimônio documental: direito à informação, à memória e à cidadania. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 3, p. 88-101, set./dez. 2018. Disponível em: <https://revista-acervo.an.gov.br/index.php/revista-acervo/%20article/view/903>. Acesso em: 12 nov. 2024.
- TESSITORE, Viviane. *Como implantar centros de documentação*. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, 2003. Disponível em https://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf9.pdf. Acesso em: 12 nov. 2025.
- TRIGUEIROS, F. dos Santos. *Museu e educação*. 2. ed. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1958.
- VAMOS ter o Museu do Índio. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, ed. 09263 (2), 1953. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093718_03&pasta=ano%20195&pesq=%22museu%20do%20indio%22&pagfis=21641. Acesso em: 10 nov. 2025.

Maria Elizabeth Brêa Monteiro | Mestrado em História Política (Uerj), pós-graduação em Desenvolvimento Agrícola (UFRRJ) e em Políticas Públicas (Coppe/UFRJ). Antropóloga do Museu do Índio/Funai (1978-2006), chefe dos Serviços de Documentação e de Indigenismo e Etno-História e assessora técnica da Presidência da Funai (2003-2006). No Arquivo Nacional, chefou a Divisão de Pesquisa para Difusão do Arquivo Nacional, está à frente da Coordenação de Pesquisa e Difusão do Acervo e é presidente da Comissão de Avaliação de Arquivos Privados/Conarq e diretora técnica da Fundação Darcy Ribeiro. E-mail: mebre@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-2902-5684>. | Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1868592658728106>.

<< Voltar ao início